



Recebido em 25/01/2021

Aceito em 23/04/2021

DOI: 10.26512/emtempos.v1i38.36194

DOSSIÊ

Democracia, desemprego e conflitos sociais em Santa Catarina (1980-1984)

Brazilian democratization, unemployment and social conflicts in Santa Catarina (1980-1984)

Geovanni Rocha Junior

Doutorando em História na UDESC

orcid.org/ 0000-0002-5214-6381

geovanni.rochajr@gmail.com

RESUMO: Este artigo busca analisar como o jornal *O Estado*, de Florianópolis, acompanhou a instabilidade econômica no início da década de 1980, que fez crescer o número de desempregados nos centros industriais do país. O quadro de instabilidade gerou apreensão nos atores incumbidos do controle da máquina administrativa de Santa Catarina. O desemprego era visto em alguns círculos empresariais do estado como um fator que poderia potencializar os conflitos sociais, colocando em risco a transição controlada da ditadura militar para o regime democrático e o sentido de ordem atribuído aos trabalhadores catarinenses. Na primeira metade da década de 1980, os percalços econômicos reforçaram a defesa de um projeto alicerçado única e exclusivamente nas ideias da livre iniciativa privada, que ganhou forma nas páginas do jornal.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura. Imprensa. História do Tempo Presente.

ABSTRACT: This article seeks to analyze how the newspaper *O Estado*, from Florianópolis, followed the economic instability in the early 1980s, which increased the number of unemployed people in the country's industrial centers. The situation of instability generated apprehension among the actors in charge of controlling the administrative machinery in Santa Catarina. Unemployment was seen in some business circles in the state as a factor that could potentiate social conflicts, putting at risk the sense of order attributed to workers in Santa Catarina and the controlled transition from the military dictatorship to the democratic regime. In the first half of the decade, the economic obstacles reinforced the defense of a project based solely and exclusively on the the ideas of a free private initiative that took shape on the pages of the newspaper

KEYWORDS: Dictatorship. Press. Present Time History.

Desemprego: o sinal de alerta

Em agosto de 1981, a fábrica da Mercedes Benz, localizada em São Bernardo, dispensou 6.200 funcionários de uma única vez. A justificativa dada pela empresa para a demissão em massa recaiu sobre a retração da atividade econômica. Para o secretário de mão-de-obra do Ministério do Trabalho, Renato Simplício Lopes, a abertura de novos

postos demandava soluções de longo prazo, pois anualmente havia a “necessidade de criação de 1 milhão 500 mil empregos” aos que ingressavam no mercado e “mais 500 mil para atender os desempregados ou em subempregos” (*O Estado*, 11/08/1981, p. 5). Não tardou para o desemprego aumentar, tornando-se um sério problema nos principais centros industriais do país. Como um efeito em cadeia, a crise na Mercedes Benz atingiu diretamente os trabalhadores da Fundação Tupy em Joinville, haja vista que a empresa catarinense fornecia equipamentos para a fabricação de automóveis em São Paulo. O diretor-presidente da Tupy na ocasião, Henrich Berg, concedeu entrevista ao jornal *O Estado* e falou a respeito da situação. Segundo ele, caso as circunstâncias piorassem, a primeira opção da empresa não seria a demissão em larga escala, cogitava-se reduzir a jornada de trabalho dos funcionários, ou então de conceder a eles férias coletivas. A segunda opção foi adotada, e na semana seguinte Berg reconheceu que “aproximadamente 6.500 empregados da Tupy, a grande maioria do setor de produção”, tiveram seus nomes “incluídos nas férias coletivas, permanecendo na empresa apenas um número de empregados suficiente para não se paralisar totalmente” (*O Estado*, 21/08/1981). Quase na mesma data, três mil operários da Consul também entraram em férias até que os estoques da empresa diminuíssem (*O Estado*, 21/08/1981). Em alguns relatos, as férias coletivas ligavam o sinal de alerta, considerando que possíveis demissões poderiam ser iminentes. Um trabalhador ou trabalhadora sem carteira profissional assinada dependeria do ganho em atividades informais, ou utilizando o termo que circulava no jornal para classificar essa condição de trabalho, a pessoa faria parte da categoria de “subempregado”. Por meio de uma pesquisa realizada no jornal *O Estado*, veículo fundado em 1915 e que se consolidou definitivamente no mercado editorial catarinense entre as décadas de 1960 e 1970 mantendo-se alinhado aos interesses políticos e empresariais de setores conservadores (LOHN, 2012; PEREIRA, 1992), o artigo busca interpretar os conflitos sociais e as projeções em torno da democracia a partir do aumento do desemprego indicado pela crise do início da década de 1980.

A falta de meios para prover o sustento da família expressava-se nos jornais e inquietava as entidades religiosas. Ainda em Joinville, as paróquias das igrejas católica e luterana mostraram-se preocupadas e benevolentes com os acontecimentos, para tanto criaram o Comitê de Solidariedade ao Desempregado. O objetivo da causa era fazer o levantamento do número de pessoas sem trabalho, cujo estado de insegurança seria passível de proteção e assistência. Um dos coordenadores do comitê, o bispo Dom Gregório Warmeling, referia-se ao quadro como um desafio para os cristãos. A primeira etapa do projeto organizado pelas igrejas consistia no preenchimento da ficha disponibilizada nas paróquias, as informações coletadas facilitariam na busca por referências acerca dos desempregados. Posteriormente, as equipes formadas por voluntários das comunidades religiosas visitariam as “famílias mais necessitadas para comprovar *in loco* a sua principal dificuldade”. A partir disso, o comitê ofereceria auxílio aos mais carentes (*O Estado*, 26/08/1981, p. 5).

O ordenamento de forças em torno de um ideal solidário não preocupou apenas o plano espiritual, pois se tornou um dilema dos departamentos superiores da administração pública de Santa Catarina. O bispo Warmeling pediu os dados sobre os índices de desemprego da cidade de Joinville à Secretaria do Trabalho e Promoção

Social, conduzida por Fernando Bastos. Em contrapartida, Bastos solicitou ao bispo que repassasse à secretaria as informações recolhidas nas fichas das paróquias. De antemão, dois casos apresentados nas paróquias chamaram a atenção da Secretaria. O de Arnaldo da Silva, 29 anos e pai de dois filhos, residente do bairro Itaum, sem vínculos contratuais desde 1979, e que após a demissão “não conseguiu emprego”, informando que sobrevivia “graças ao subemprego” e passava por “dificuldades e até mesmo fome” (*O Estado*, 26/08/1981, p. 5). O segundo caso é o de Rubens Fernandes, morador do bairro Nova Brasília, dispensado da empresa Atlas, tinha “três filhos menores de seis anos. Sua esposa, que foi preencher a ficha, lamentou a situação e disse que o gás acabou, sua luz foi cortada” e faltava “alimento para eles e as crianças” (*O Estado*, 26/08/1981, p. 5). Moradores de áreas periféricas de Joinville, Rubens e Arnaldo exemplificam as agruras das pessoas que perderam suas ocupações e ficaram desamparadas legalmente no início da década de 1980. Como não estavam inseridos em entidades classistas, porque não eram filiados a nenhum sindicato, precisavam recorrer a outros meios a fim de resistir a oscilação do desemprego. As igrejas abriram as portas, estendendo sua zona de influência às camadas populares, já os desempregados traçaram estratégias de vida explorando os mecanismos acessíveis em seus cotidianos, isso incluía alcançar uma renda mínima por meio de “bicos”, receber a tutela de familiares próximos ou dispor da assistência clerical.

A Igreja Católica, em especial, teve um importante papel político que foi historicamente construído no Brasil. Entre as décadas de 1960 e 1980, conforme afirma Azevedo (2004, p. 112), a instituição passou por mudanças significativas. Ao longo dessa fase “a Igreja tentou integrar-se cada vez mais à sociedade civil e aos movimentos sociais”. A influência para tal guinada decorreu das Conferências Episcopais Latino-Americanas, realizadas nas cidades de Medellín (1968), Puebla (1979) e Santo Domingo (1982). Para Flores (2016, p. 17), os “aportes do Concílio Vaticano II, junto com o documento de Medellín, geraram uma nova perspectiva sobre a missão da Igreja e a imagem que ela tinha de si mesma”, com isso “a prática gerada por esse processo levou a Igreja a direcionar a sua atuação, na sociedade brasileira, a partir da situação dos pobres e dos excluídos” (AZEVEDO, 2004, p. 112).

O sociólogo marxista Michael Löwy vai um pouco além. Segundo o autor (2007, p. 299), “algo novo aconteceu no cenário religioso da América Latina” durante as décadas de 1960 e 1970, pois um “setor significativo da Igreja” mudou “sua posição no campo da luta social, pondo seus recursos materiais e espirituais ao serviço dos pobres e de sua luta por uma nova sociedade”. Löwy sugere que “alguns dos principais eventos sociais e políticos recentes – como a revolução nicaraguense, a insurgência popular em El Salvador e o novo movimento operário e popular no Brasil – são incompreensíveis” sem o entendimento de uma rearticulação da “cultura católica latino-americana resultante da integração, por importantes setores da Igreja, de alguns temas essenciais ao marxismo” (1989, p. 5). Esse processo, no entanto, é consequência das transformações internas da própria Igreja e do contexto histórico da região.

Na América Latina dois fatores contribuíram para uma convergência de posicionamentos. Em primeiro lugar, devido ao desenvolvimento acelerado do capitalismo nos países do continente. Em segundo lugar, devido ao papel da revolução

cubana, que levou a um novo patamar as lutas sociais da região. A partir desse dinamismo, houve o que Löwy chama de “afinidade eletiva”, que culminou na aproximação de aspectos do cristianismo e do socialismo, como por exemplo: a libertação dos escravos e oprimidos, a valorização do pobre, o universalismo, a crítica do individualismo, a valorização da comunidade, o sentimento anticapitalista e a esperança por um futuro melhor de justiça e liberdade.

Muito bem articulado, esse setor católico soube como ninguém intermediar os conflitos causados pelo aumento do desemprego, conforme aponta Doimo em sua análise sobre o Movimento de Luta Contra o Desemprego em Vitória, no Espírito Santo. Segundo a autora (2009, p. 255), no início dos anos de 1980 a alta de demissões levou à formação de “comitês de desempregados” em várias capitais brasileiras, organizações que escapavam da esfera sindical e que se desenvolveram no âmbito dos bairros. O MLCD em Vitória cresceu por meio da aproximação com a CNBB, esta passou a “incluir a luta contra o desemprego em suas diretrizes gerais de ação pastoral nas periferias das cidades brasileiras”. Foi quando se verificou uma modificação das pautas do movimento na tentativa de angariar, perante os representantes políticos, a abertura de frentes de trabalho, o fornecimento de cestas básicas, a gratuidade no transporte coletivo e a dispensa do pagamento das taxas de luz e água às pessoas sem vínculo empregatício. Cabe realçar que na Campanha da Fraternidade de 1978 o trabalho entrou no itinerário discursivo da conduta católica sob o tema “Trabalho e justiça para todos”. Em trecho retirado da mensagem da CNBB daquele ano notamos certos temas da campanha, como a valorização dos cristãos pela dignidade do trabalho, a responsabilidade dos governantes e das empresas privadas na criação de empregos, além de uma crítica à crescente rotatividade nos serviços. Ter emprego passou a ser uma questão de direito, elemento básico para alcançar a justiça social. Outra ação importante foi o surgimento, a partir de 1974, da Pastoral Operária, orientada pela corrente cristã da Teologia da Libertação.

Enquanto as igrejas católica e luterana de Joinville dedicavam um espaço em suas práticas comunitárias levando adiante a causa dos trabalhadores desempregados, nos meandros da política atuava o secretário Fernando Bastos, que classificou como “alarmante” o desemprego em Santa Catarina no início dos anos de 1980. Seguindo o levantamento feito pelo Sistema Nacional de Empregos (SINE), Bastos ratificou que “os trabalhadores de Joinville e Blumenau” estavam sendo “demitidos em decorrência da grave recessão” que atingia “a indústria automobilística de São Paulo, compradora das autopeças das fábricas desses dois municípios catarinenses” (*O Estado*, 23/08/1981, p. 2). A onda de demissões, porém, chegou até as cidades de Criciúma, Florianópolis, Itajaí, Chapecó e Tubarão. Um quadro otimista foi elaborado por uma edição do jornal *O Estado* da seguinte maneira:

Em Itajaí calcula-se que 1.500 trabalhadores estão sendo demitidos mensalmente, com tendência a se acentuar se o setor pesqueiro local não receber apoio do Governo. Em Joinville, onde há 30 mil operários só na área industrial, calcula-se que o número de desempregados não chegue a 5 mil, mas as indústrias locais estão buscando outros recursos para não demitir, como as férias coletivas. Em Criciúma, contrariando o pessimismo generalizado na Região Sul, apenas dois segmentos da indústria manifestam intranquilidade com relação ao

desemprego: os segmentos cerâmico e de vestuário. Em Blumenau, o presidente da Associação Comercial e Industrial local garante que não há crise e esse quadro favorável ele debita ao alto grau de conscientização e capacidade administrativa do empresariado local, que “está 50 anos à frente do empresariado brasileiro”. Em Chapecó é evidente o quadro de crise: 3 mil desempregados, calcula o secretário da Indústria Local. A construção civil é a mais afetada, mas a agroindústria ajuda a manter certo equilíbrio. Em Lages, a Associação Comercial e Industrial local acha que fornecer dados sobre desemprego “estraga a imagem da cidade” (*O Estado*, 25/08/1981, p. 17).

A imprecisão dos números, ou até mesmo a falta deles, impossibilita chegarmos a uma afirmação quantitativa referente ao total de trabalhadores desempregados em Santa Catarina.¹ É prudente interpretar com certa desconfiança a versão comunicada à imprensa pelas associações de indústria e comércio de cada região. Presumidamente dados como os de Blumenau e Lages visavam preservar a “boa imagem” das respectivas cidades, enaltecendo a “virtude” de seus empresários. No entanto, é provável sugerir que havia uma sensação de vulnerabilidade sendo compartilhada por diferentes atores sociais. Os trabalhadores alocados em categorias com menor exigência de qualificação foram os mais prejudicados, uma vez que estavam suscetíveis à tendência de rotatividade do mercado de trabalho, mas nem mesmo a formação acadêmica indicava alguma garantia de estabilidade, como é o caso das professoras e professores da rede de ensino do estado. Em agosto de 1981, a Associação dos Licenciados de Santa Catarina, base do futuro sindicato dos professores da rede estadual (DAROS, 1999), promoveu uma encenação no centro de Florianópolis para simbolizar o enterro da educação no governo de Jorge Bornhausen. Os cartazes conduzidos pelos manifestantes, que percorreram a rua Felipe Schmidt em direção à Catedral Metropolitana, mostravam à população as precárias condições de trabalho enfrentadas no dia-a-dia das escolas. O motivo que levou à articulação da passeata, tendo por desfecho o ato em volta de um caixão de papel, foi a demissão de 200 profissionais da rede de ensino. Ao longo da caminhada, o som entoado por cerca de 300 pessoas recitava as bandeiras de luta do movimento: “contra o desemprego”, “pela readmissão imediata dos professores”, “pela garantia de trabalho” e por “melhores condições de vida”. Raul Guenther, representante da Apufsc, resumiu bem o descontentamento dos presentes: “a educação e a política do Governo estão doentes, pois além das poucas verbas destinadas ao setor, aplica-se agora a demissão de centenas de docentes” (*O Estado*, 15/08/1981, p. 20).

Embora a sensação de vulnerabilidade fosse compartilhada por inúmeros atores sociais, a experiência do desemprego acabou sendo enfrentada de diferentes formas e por diferentes meios em Santa Catarina no início da década de 1980. Para Rubens e Arnaldo, preencher as fichas disponibilizadas nas paróquias de Joinville acendia a esperança por dias melhores na corrida pelo trabalho. Até que conseguissem o almejado emprego fixo com carteira assinada, deixando para trás a vida incerta dos “bicos”, o amparo da igreja por meio do Comitê de Solidariedade ao Desempregado poderia ser útil, ou até mesmo vital. Já os profissionais da educação dispuseram da organização de

¹ De acordo com o censo demográfico do IBGE, na década de 1980 a população catarinense era de 3.687.652 habitantes, o que significava 3,0% da população brasileira. Esses números aumentaram na década de 1990 e passaram, de acordo com o censo realizado em 1991, para 4.438.248 habitantes, o que correspondia a 3,1% da população brasileira.

sua categoria, portanto a plataforma reivindicativa de contestação direcionou o ato ao governador em exercício, culpando as escassas verbas do Estado destinadas ao setor pela demissão de 200 professores da rede de ensino. Para muitos outros desempregados, o único caminho levava a informalidade e ao trabalho autônomo. Logo, no jargão popular, o “se virar” foi convertido em estratégia de vida a ser compartilhado por uma parcela significativa da população catarinense. Não que tal artimanha representasse uma novidade no interior das classes trabalhadoras em si, muito pelo contrário. Mas, dado o contexto, a precariedade das relações de trabalho propeliu o “se virar”, demarcando esse conjunto de experiências como lugar central na tentativa de interpretarmos as dinâmicas do trabalho no Tempo Presente.

A imprensa, por sua vez, recolheu exemplos rotineiros de quem encarava os desajustes da informalidade. Em linhas de papel corroidas com o passar do tempo, encontramos rastros e imagens da realidade vivenciada. São dilemas que despertaram a curiosidade e o olhar aguçado de jornalistas profissionais na prática de seu ofício. Em matéria publicada em julho de 1983, sob o título *A batalha de camelôs que vendem até “Remédio para curar chiado no peito”*, a edição do jornal *O Estado* fornece um bom registro acerca de pessoas desempregadas, entregues à fórmula do “se virar”. Em Florianópolis, “o número de camelôs nas ruas, praças e avenidas” aumentava “na proporção direta do desemprego” (*O Estado*, 23/07/1983, p. 16). Na avaliação de José Moreira do Nascimento, vendedor de pipas e tapetes nas mediações de um supermercado em Barreiros, o momento era delicado, pois a condição de vida se deteriorava com a baixa remuneração obtida no comércio de seus produtos. Oriundo de Pernambuco, José Moreira chegou à Santa Catarina em 1974 e desde então ganhava o pão de cada dia atuando como camelô, mas reconhecia o aperto. Ao contrário dos primeiros anos em solo catarinense, José relatava a dificuldade de “pagar a comida e o aluguel de Cr\$ 30 mil”. A expectativa de superar tal fase fixava-se na venda das redes de pesca no mês de outubro, provavelmente isso possibilitaria ao comerciante um lucro maior para suprir suas necessidades básicas.

De igual modo, nos desvios da Conselheiro Mafra, região central de Florianópolis, as contingências acirravam os ânimos entre potenciais concorrentes. A disputa acontecia pelo espaço imaginário delimitado para cada comerciante. Paralelo a competição, havia a oferta dos mais variados artefatos: brinquedos, ursos de pelúcia, guloseimas, meias, desentupidores de fogão, antenas de televisão, quentão, pipoca e remédios naturais. “Entre uma discussão com o fiscal da prefeitura e outra com os demais vendedores ambulantes”, os linguajares vociferantes ofereciam “uma mercadoria baratinha para a senhorita”, ou “quatro pares de meia por Cr\$ 1mil” (*O Estado*, 23/07/1983, p. 16). Tratando a dura realidade de maneira cômica, um camelô, figura carimbada na Praça Hercílio Luz, em Florianópolis, usava técnicas excêntricas para divulgar seu produto. Guardada as devidas proporções, nos dias de hoje isso atenderia ao nome de “marketing pessoal”:

Todos os dias é a mesma roupa. Calça clara, camisa vermelha com colete preto; um velho microfone no peito, daqueles do tempo em que os prefixos de rádio eram PRC. O microfone está enrolado num lenço. No chão, uma mala azul onde afirma ter uma cobra. Um velho equipamento de som ao lado, ligado a um alto falante. Na outra pasta, caixas da famosa ervanária em pó.

Com um óculos escuro do tipo Waldick Soriano, ele começa a falar e a despertar a atenção do público que passa. Coloca dois pregos de 10 centímetros no nariz enquanto arranha o português na comunicação com o público: “peço ao nosso Pai Celestial...

Segundo ele, que não para de falar um só minuto e que repete todos os dias o mesmo “show”, “o que eu vou entregar para os senhores é a proteção mais eficiente contra os problemas do fígado (*O Estado*, 23/07/1983, p. 16).

A ervanária em pó seria o medicamento a fazer abundantes “milagres”, seu princípio ativo supostamente ajudaria a combater problemas nos rins e no fígado. O camelô, que preferiu manter o anonimato ao jornalista, procedia como intermediário na venda do produto, cuja fábrica funcionava na rua da Praia, em Recife. Muitos transeuntes interrompiam a caminhada e assistiam ao “show” daquela figura um tanto carismática e, para a alegria do comerciante urbano, alguns adquiriam a caixa contendo a mercadoria pelo preço de Cr\$ 500. Da mesma forma, em tempos de festividade como a Copa do Mundo de Futebol as pessoas sem renda estável aproveitavam a euforia para fazer um dinheiro extra mediante os biscates. A cada esquina de Florianópolis em dia de jogo da seleção brasileira vendiam-se bandeiras, chapéus, cata-ventos e cornetas. Em frente à Catedral Metropolitana, as irmãs Teresinha e Joana confeccionavam bonés de crochê nas cores verde-amarelo. As mãos habilidosas e ágeis preparavam cada peça em menos de 45 minutos de tal maneira que o freguês saia com o utensílio do tamanho desejado. O biscate não carecia de uma estrutura de trabalho organizada, em dia de jogo do Brasil a demanda crescia. Segundo Teresinha, era a única data que valia a pena comercializar os produtos, para isso bastava as irmãs se apossarem do meio fio da calçada, e com o barbante de linha junto aos pés e o movimento manual segurando a agulha elas aguardavam as encomendas momentâneas em troca da pequena remuneração (*O Estado*, 06/06/1982, p. 12).

Em Chapecó, o aprofundamento da recessão econômica serviu de pretexto para as empresas demitirem seus funcionários, conforme assinala uma notícia da região em 1983. No período de seis meses, 4 mil trabalhadores da cidade perderam suas ocupações. De acordo com o depoimento de Oenes Neckel de Menezes, então presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil, esse setor sofreu uma dura queda, provocando muitas dispensas. Mas, apesar disso, houve poucas solicitações junto ao sindicato para mediar os conflitos durante as rescisões de contrato. Segundo Menezes, a quantidade de trabalhadores autônomos, “além de uma massa significativa de operários” que trabalhavam a descoberto, “sem registro em carteiras e sem cobertura previdenciária”, explica a baixa procura pelo sindicato no âmbito da construção civil (*O Estado*, 03/07/1983, p. 13). A indústria de produção de alimentos seguiu roteiro parecido. No total, estima-se a partir do levantamento realizado na época que entre as pessoas demitidas 65% promoviam o sustento de suas famílias, 25% eram mulheres casadas ou com filhos e 10% eram mulheres solteiras (*O Estado*, 03/07/1983, p. 13). Por razões óbvias, uma excessiva busca por emprego criou a engrenagem perfeita para que as empresas pudessem achatar a remuneração paga aos assalariados, acentuando, assim, o sistema de rodízio no mercado de trabalho. O Sindicato dos Empregados no Comércio de Chapecó constatou a disposição dos patrões em demitir “os funcionários mais antigos porque” recebiam “melhores salários, contratando, para as mesmas funções,

funcionários com salários menores” (*O Estado*, 03/07/1983, p. 13). As sutilezas do desemprego em Chapecó podiam ser percebidas sob diferentes ângulos. Em meio a corrida por alguma oportunidade as pessoas iam até o Departamento de Promoção Social da Secretaria Municipal de Educação para requisitar “assistência, móveis, madeira, comida, auxílio para funerais, passagens rodoviárias” (*O Estado*, 03/07/1983, p. 13). Esses são sintomas de um pequeno centro urbano acometido pela crise do início dos anos de 1980. Dessa forma, um observador atento que passasse pelas ruas da cidade no contexto apresentado possivelmente notaria a queda de venda nas lojas, bem como o montante de currículos acumulados nas mais diversas firmas, entregues por trabalhadores à mercê de uma única chance.

Simultaneamente à crise econômica, em julho de 1983 e agosto de 1984 Santa Catarina passou por duas calamidades em decorrência das enchentes que atingiram com maior intensidade a região do Vale do Itajaí. As imagens reproduzidas nos jornais da época traduziam a angústia e o desespero de milhares de famílias desabrigadas. Muitas perderam todos os bens materiais, restava a essas pessoas recomeçar a vida praticamente do zero. As catástrofes agravaram o quadro de desemprego, isso porque o volume de água acarretou na paralisação das atividades industriais em áreas inundadas. O setor do comércio também teve seu funcionamento alterado, já que vários estabelecimentos permaneceram de portas fechadas por longos dias.

Na cidade de Blumenau, sobre os escombros das cheias do Rio Itajaí-Açu, emergiu o discurso da “operosidade germânica”, ideia que pregava a competência dos moradores da região para sair do infortúnio e reedificar o município, graças à imaginada predisposição laboral herdada dos imigrantes alemães. Segundo Frotscher (1997, p. 63), “as enchentes se tornaram símbolo da capacidade de trabalho e reconstrução do blumenauense, referência que é impressa nas páginas dos jornais, relatórios oficiais, editais, e proferida nos púlpitos e meios de comunicação”. O governador Esperidião Amin lembrou o episódio exaltando a atuação de Bernardo Werner, presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. Para Amin, a entidade se responsabilizou por liderar um acordo em conjunto com “as Federações do Comércio e da Agricultura, as Federações dos Trabalhadores e o Governo do Estado, condicionando a concessão de apoio governamental à não demissão imotivada (sem justa causa) de trabalhadores da indústria, do comércio e da agricultura do Estado” (PEREIRA, 2015, p. 66). Após o cataclismo de 1984, porém, os jornais alertavam para o empobrecimento da população em Blumenau, Brusque, Gaspar e São João Batista, os municípios mais prejudicados.

Avesso ao pacto citado por Amin, notícias davam conta de que os pequenos negócios e o biscate cresciam em Blumenau. “Salve-se quem e como puder. É com este espírito que os blumenauenses desempregados estão enfrentando a crise, piorada com as enchentes de 83 e 84”, relatava a manchete do jornal *O Estado*. Na ausência de trabalho sobrava o biscate, ou então abrir o próprio negócio com o dinheiro retirado do Fundo de Garantia, “foi assim que pequenos bares, confecções e lojinhas se multiplicaram por todos os bairros” da cidade do Vale do Itajaí (*O Estado*, 15/10/1984, p. 9).

A junção das catástrofes climáticas com a crise econômica legava ao passado recente um tempo áureo de pujança nas ofertas de emprego. Em Joinville, “até 1979 as grandes empresas industriais, como a Consul, Fundação Tupy e Grupo Hansen, compravam largos espaços nas emissoras de rádio locais, para anunciar as centenas de vagas que possuíam em seus quadros para os trabalhadores com pouca qualificação profissional” (*O Estado*, 15/10/1984, p. 9). As contratações tornaram-se escassas e na “nova realidade” os departamentos de recursos humanos das empresas faziam a seleção de uma entre muitas fichas que pleiteavam qualquer vaga. Outro problema relatado nos jornais era o aumento do número de pedintes nas ruas, isso já não se tratava mais de um contingente de pessoas provenientes de outros lugares, mas de uma disfunção social que aos poucos chegava nas cidades catarinenses. No sul do estado, em Tubarão, se desenrolava uma “guerra invisível” movida por “famintos perambulando pelas ruas, batendo de porta em porta”. A programação das rádios, ao invés dos costumeiros informes diários, dedicava metade de seu tempo “para pedidos de ajuda de famílias desesperadas” (*O Estado*, 15/10/1984, p. 9).

O jornal ainda fazia menção àqueles que, nas palavras de Maciel e Grillo (2018, p. 271), encarnavam a “luta constante, entre todas as pessoas, pelo reconhecimento de seu valor prático na sociedade do trabalho”. Em agosto de 1981, o periódico *O Estado* publicou a matéria *Em 1km de rua, 8 sucateiras dão emprego a muita gente*. Entre os bairros Procasa e Campinas, na rua Josué Di Bernardi, em São José, município conturbado com Florianópolis, havia abundantes estabelecimentos comerciais que coletavam equipagens de ferros usados, chamados popularmente de sucateira ou ferrovelho. No interior de cada espaço dedicado a esse tipo de atividade encontramos exemplos de pessoas inseridas na informalidade, sem contrato de trabalho assinado em termos legais. Em muitas esquinas da cidade, achava-se alguma criança recolhendo latinhas recicláveis para vender na Josué Di Bernardi. “O maior comprador da redondeza” era o Sr. Hugolino Francisco Duarte, “mais conhecido como seu Gole”. Encarregado de empregar aproximadamente oito funcionários, Duarte recebia “o ferrovelho de quase todos os pequenos comerciantes da localidade”, mas as menores transações tornavam o negócio rentável. Segundo ele, cerca de 100 crianças o procuravam a cada dia para vender os utensílios apanhados nas ruas. Afirmava ser um bom pagador e julgava estar fazendo o bem em prol de muitas famílias, já que reembolsava em dinheiro vivo “a gurizada” e até mesmo os adultos que levavam seus materiais em troca da recompensa. Apesar disso, o comerciante lamentava a pobreza dos que dependiam da renda com o comércio de reciclados, mas via futuro no ramo porque beneficiava muita gente. Duarte reiterou para a reportagem sua índole honesta, e repeliu quem contrariava a prática: “eu pago em dia os meus oito funcionários e pago à vista qualquer pessoa que me traga qualquer material. Pago também em dia a taxa da Prefeitura e não entendo como é que alguém possa ser contrário a este tipo de comércio” (*O Estado*, 13/08/1981, p. 24). Mesmo gerando emprego, as sucateiras reproduziam as desigualdades da sociedade brasileira. Em tempos de retração econômica fazer parte desse círculo possibilitava apenas sobreviver. No exemplo citado, a informalidade pode ser avistada na figura dos oito funcionários anônimos que trabalhavam para o Sr. Hugolino Duarte, já as crianças se enquadravam nas delicadas condições do trabalho infantil.

A recessão provocada entre 1981 e 1983 intensificou a tendência de o mercado de trabalho ser composto por uma mão-de-obra em expansão que passou a ocupar as posições de subemprego, seja na atividade autônoma ou na informalidade. Para Arandia (1991, p. 148), a situação de “subemprego, cuja manutenção é decorrente de fatores mais gerais do funcionamento e da estrutura da economia brasileira, se transformou em um problema crônico de subutilização da força de trabalho, transcendendo as oscilações periódicas do nível de atividade econômica”. Enquanto isso, os trabalhadores de emprego fixo com carteira assinada tiveram seu poder de consumo corroído pela inflação. Segundo Carneiro e Modiano (1990, p. 323), as altas taxas de juros e o segundo choque dos preços do petróleo “tornaram mais custoso e mais prolongado o processo de ajuste da oferta doméstica iniciado na segunda metade da década anterior”, essas “condições adversas aumentaram os custos internos do ajuste, e as políticas adotadas, contribuíram para aumentar os conflitos internos e agravaram os efeitos inflacionários” (CARNEIRO; MODIANO, 1990, p. 344). Cláudio Salvadori Dedecca (2005, p. 129) argumenta que as contradições relativas ao emprego no Brasil possuem raízes históricas, “a ocorrência de um desenvolvimento econômico descasado de um desenvolvimento social garantiu a consolidação de um mercado de trabalho heterogêneo em termos de proteção social”. Mesmo com a Consolidação das Leis do Trabalho na década de 1940, muitas categorias e setores permanecerem sem o suporte legal. Dessa forma, “o problema de emprego foi sendo acomodado na informalidade”. Mas apesar da situação de recessão econômica entre 1981 e 1983 que afetou majoritariamente a indústria, no final da década de 1980 as taxas de desemprego apresentaram um nível baixo. Portanto, houve uma recuperação. Seguindo a justificativa de Sabóia (1986, p. 106), nos três anos de crise “o mercado de trabalho mostrou uma elevada capacidade de absorção de mão-de-obra, impedindo assim que houvesse um crescimento brutal das taxas de desemprego aberta. Essa absorção deu-se basicamente através do mercado informal de trabalho”. Percebe-se o crescimento da informalidade pela redução do número de trabalho com carteira assinada, e também com o aumento do trabalho autônomo na proporção de pessoas ocupadas.

Contudo, a crise em Santa Catarina precisa ser melhor explicada. Assim como sugere Miotto (2011, p. 47-48), ao longo da década de 1960 há um condicionamento da diversificação econômica da região, fator esse que foi consolidado nos anos de 1970, colocando o estado no rumo do capital industrial moderno. A “concentração e centralização do capital fizeram com que o processo de acumulação fosse comandado, na sua maioria, por grandes firmas que, junto ao governo nacional e estadual, obtiveram condições materiais para a expansão e distribuição da produção”. Entre 1980 e 1990 as taxas de crescimento a nível regional foram maiores do que a média nacional, isso se deve a alguns motivos, um dos quais às “adequações da economia catarinense, cuja formação permitiu uma crescente e diversificada participação nos mercados nacional e externo durante a crise”. Para Alcides Goularti Filho (2002, p. 372), uma série de fatores colaborou para o crescimento econômico de Santa Catarina acima do padrão nacional durante o período. O autor destaca que o “espaço para a integração produtiva intra-estadual” se deu nos setores não atingidos pela crise, “aqueles em que Santa Catarina se especializou”, a produção foi realocada “para o mercado externo”, “os investimentos em infraestrutura promovidos pelo setor público dentro dos planos estaduais foram

amadurecendo ao longo da década” de 1980, e por fim, “as finanças industrializantes, promovidas pelas agências de fomento e pelos programas de incentivos, garantiam a continuidade dos investimentos”.

Apesar do crescimento estável da economia catarinense, em maior ou menor grau, o estado também foi afetado por problemas impelidos no contexto de crise, entre eles o desemprego. Os fragmentos selecionados no jornal *O Estado* ajudam a interpretar as experiências de sujeitos que passaram por um ciclo de desemprego, ou então dos que foram alocados na informalidade e no setor autônomo. São relatos que reportam a pessoas até então despercebidas em suas rotinas, para qual o significado do trabalho podia ter uma conotação totalmente subjetiva. Ao mesmo passo, a incidência do desemprego nas cidades catarinenses chegou à narrativa do jornal *O Estado* através de minúcias e de matérias voltadas a cobertura de casos cotidianos, mas em seguida o assunto ganhou contornos nítidos na linha editorial, especialmente quando ocorreram os motins urbanos em São Paulo, no mês de abril de 1983.

O imaginário do “trabalhador ordeiro” catarinense em tempos de crise

Em abril de 1983, a cidade de São Paulo foi sacudida por três dias de intensos protestos de rua. No cerne da questão estava o desemprego, tema responsável por reunir muitos manifestantes e consolidar a formação de motins urbanos. O desencadeamento dos fatos alcançou o espaço público, deixando latente a mensagem daqueles que encaravam uma vida sofrida, aquém das condições materiais necessárias para um cidadão comum. Muito embora membros de partidos políticos e o comitê de luta permanente contra o desemprego tenham atuado na tentativa de canalizar os atos contestatórios em favor dos populares, com a intenção de exigir melhorias sociais junto ao governador Franco Montoro, havia uma composição multiforme de atores em cena, o que levou a multidão a suprimir qualquer tipo de liderança. Devido às proporções, o evento repercutiu na imprensa catarinense, que noticiou o segundo dia de manifestações em 6 de abril de 1983. *O Estado* conferiu uma capa exclusiva ao acontecimento, cujo título era: *Violência em SP – Brizola, Tancredo e Montoro sitiados por manifestantes*. A imagem inserida abaixo do letreiro, impressa em preto e branco, realçava um grande aglomerado de pessoas derrubando parte dos portões do Palácio dos Bandeirantes, sede do governo do Estado de São Paulo. A formatação da página é condizente com o aviso que a empresa jornalística catarinense queria transmitir aos seus leitores, isto é, um agrupamento completamente fora de controle, movido por uma crise e por desempregados, ocupava as ruas da cidade e promovia saques e quebra-quebra por onde passava. Mais do que uma notícia, a descrição soava como alerta aos empresários e ao governo de Santa Catarina.

A considerar essa maneira de ler o fenômeno apontada na matéria do jornal *O Estado*, uma das prováveis conclusões é a de que os levantes em São Paulo estariam colocando a transição democrática em risco. A pressão acentuada das ruas abriria brecha para um recuo dos militares, haja vista que o processo de abertura não se dava por encerrado. O enredo da notícia usava a violência como peça chave para resumir os incidentes do protesto: “pelo segundo dia consecutivo a zona Sul de São Paulo continuou em clima de guerra, com manifestações, passeatas, saques e depredações”, afirmava a

notícia. O ambiente de pânico “estendeu-se a outros pontos da capital, como os bairros de Pinheiros, na Zona Oeste e Tatuapé, na Zona Leste, onde o comércio encerrou suas atividades por volta do meio dia, por temor a saques e depredações”, concluía (*O Estado*, 06/04/1983, p. 2). Mas ao averiguar com maior precaução as nuances do enredo formulado na própria matéria verifica-se uma variação de sentidos emitidos em torno do significado que se queria dar àquele evento. Estes sentidos foram proferidos por diferentes agentes, cada qual a sua maneira. Deve-se mencionar o papel do governo de São Paulo, dos empresários, dos deputados que representavam os partidos políticos simpáticos a causa, das pessoas ligadas aos movimentos sociais, e por fim, dos próprios desempregados.

Observando apenas a capa do jornal *O Estado* do dia 06 de abril de 1983, o título e a imagem induzem o leitor a uma compreensão limitada dos acontecimentos. Ao explorar a matéria por completo percebe-se uma grande complexidade inerente ao desenrolar da trama. Segundo Marcos Napolitano (2006, p. 106), os saques de abril de 1983 “abalaram o cotidiano” da capital paulista, ao mesmo tempo “a repolitização do espaço público deixava de ser vista como uma festa cívica, como nas eleições gerais do ano anterior, e se manifestava como um verdadeiro drama social”. Diferenciando-se do comportamento de uma “categoria profissional em greve, de alguns estudantes radicalizados ou do movimento social organizado”, os motins urbanos formados por desempregados despertavam medo por sua inclinação ao descontrole. Dessa maneira, “à direita e à esquerda, a multidão em protesto colocava em xeque as estratégias e discursos que procuravam direcionar a ação coletiva”.

O veículo de imprensa catarinense buscou construir significados próprios a partir dos motins envolvendo os desempregados da capital paulista. Em Santa Catarina não houve nenhuma manifestação semelhante, mas as notícias de São Paulo chegaram até o jornal *O Estado*. Ao longo do mês de abril o assunto rondou as páginas do periódico como em sinal de alerta. Em editorial, o meio de comunicação reprovava os incidentes, alegando que “a desobediência à lei, o desacato à autoridade e a desordem nada têm a ver com a abertura” política (*O Estado*, 07/04/1983, p. 4). Apesar de reconhecer o drama das pessoas sem emprego e de cobrar uma postura favorável do governo para findar o quadro de desalento, a opinião dos editores condenava a “baderna” e o “vandalismo”, sentenciando:

O tumulto promovido em São Paulo pode ser entendido como um ato relativamente bem-sucedido de provocação. Se porventura a intenção inicial tivesse sido a de promover uma manifestação de classe, sob a inspiração e a organização sindical, desde logo escapou ao controle e se propagou como um ato de força desordenada, sob inspiração externa, pois é público e notório que o triste espetáculo predatório teve a infiltração de agentes estranhos à categoria dos trabalhadores desempregados.

Quem quer a abertura do regime tem de aceitar responsabilidades. Toda responsabilidade, individual ou coletiva, decorre da existência da lei e da garantia de que ela é a norma social suprema [...]. Por que, entretanto, estariam pessoas e grupos se alinhando contra a oportunidade democrática nacional? Não é, evidentemente, por qualquer apego ao arbítrio. Mas será apenas por uma concepção errada do uso das liberdades? É sobretudo por um nível inferior de

consciência política que se deixa enganar pelas aparências a curto prazo (*O Estado*, 07/04/1983, p. 4).

Não fica explícito quem são os agentes infiltrados aos quais o jornal faz referência, mas é notório o consenso de que as manifestações de São Paulo ultrapassaram as fronteiras do sindicalismo e dos movimentos sociais. Evidentemente, a definição das palavras descritas em editorial expõe uma concepção prévia de democracia, que deveria ficar restrita aos ditames institucionais a fim de evitar os conflitos. A transição política, segundo o editorial, exigia sensatez e consciência dos mais diversos setores da sociedade brasileira ao passo que a tensão social deveria ser afastada porque trazia consigo o risco iminente de transgredir os formalismos da lei, “norma social suprema”. Não havia compatibilidade naquele instante entre a transição controlada, em parte aceita pela linha editorial de *O Estado*, com a contestação exacerbada das ruas, considerada a noção “errada do uso das liberdades” almejadas. Desse modo, a incipiente ideia de uma Nova República, ideia essa que perpassa a visão de alguns grupos políticos conservadores de Santa Catarina, pressentia a vigência do regime democrático sem “desordem”. O caminho até a democracia havia sido árduo e encontrava-se inacabado, por meio dessa narrativa os direcionamentos políticos das décadas anteriores ofereciam um bom exemplo do percurso a não ser levado adiante.

O novo regime democrático só obteria êxito se coibisse o “mecanismo de crises que funcionou até 1964”. Seria preciso ter “coragem para repudiar tudo que nos dividiu antes” e “unir a sociedade num só esforço construtivo”, para isso os equívocos cometidos no passado orientariam as projeções de futuro (*O Estado*, 09/04/1983, p. 4). Fica subentendido na releitura feita em editorial que a segmentação do corpo social na véspera do golpe militar de 1964 aconteceu devido à desordem resultante da opção de enfrentamento expressa em torno do programa reformista que aglutinou os grupos de esquerda durante o governo de João Goulart (FERREIRA, 2007, p. 543-584). A articulação envolvendo as reformas de base, junto ao acirramento que “desagregou” a sociedade brasileira, na avaliação do jornal, inviabilizara as possibilidades democráticas surgidas em 1945. Usando de variadas temporalidades, o caso mencionado tende a destacar justamente o risco de uma nova cisão, agora puxada por uma crise econômica sem precedentes. “As demonstrações radicais” de São Paulo eram “suficientes para delinear os perigos trazidos pela abertura”, os protestos simbolizavam “um novo grau de organização e atuação possibilitadas pela própria” mudança gradativa do regime, mas a “questão radical” não poderia se sobrepor ao porvir democrático “como uma sombra a projetar sobre ele formas ameaçadoras”, reforçava a linha editorial de *O Estado* (09/04/1983, p. 4). Existia o entendimento por parte do veículo impresso de que as condições políticas, econômicas e sociais constituíam os impasses daquele tempo presente. Mas, ainda assim, prevalecia a visão reducionista reiterando que “os movimentos reivindicatórios estribados na violência, na desordem e na baderna” não reivindicavam nada, apenas agiam “contra o único ponto de referência” que indicava “a saída definitiva do arbítrio: a lei” (*O Estado*, 13/04/1983, p. 4). Na avaliação do periódico, as formas de contestação teriam que obedecer aos preceitos legais, sem colocar em risco a transição política, para não repetir o “remédio amargo” de 1964.

Apesar da escolha do jornal catarinense ter focado na esfera do domínio político para construir a narrativa dos motins da capital paulista, bem como na ameaça de ruptura que eventualmente os protestos de São Paulo poderiam provocar, o desemprego acabou se tornando tema relevante no círculo empresarial e governamental de Santa Catarina. No interior dessas correntes, predominava a ideia de que algumas medidas precisariam ser tomadas a fim de evitar o “caos de São Paulo”. Para tanto, recorria-se a um imaginário acerca do trabalhador catarinense envolto em simbolismos e que fora socialmente construído. Na realidade, o desemprego dava indícios de ter chegado em alguns municípios, sobretudo naqueles afetados pela recessão industrial, com destaque para as cidades de Blumenau e Joinville. Conforme argumentou-se até aqui, de 1981 até 1984 o tema “desemprego” manifestou-se com certa regularidade no escopo documental pesquisado. Em 1983, quatro dias após a matéria dos motins urbanos de São Paulo, o jornal *O Estado* publicou um impreciso levantamento feito pela Fiesc a fim de traçar o panorama do desemprego levando em conta a situação das principais cidades de Santa Catarina.

Não há estatísticas oficiais sobre o desemprego em Santa Catarina. Levantamento da Fiesc conclui que, somente na indústria, havia há pouco menos de 20 dias, entre 20 e 24 mil desempregados no setor. As estimativas não oficiais, levantadas nesta semana nas principais cidades do Estado indicam que há entre 10 e 12 mil em *Joinville*, 5 mil em *Blumenau* e outros 5 mil nos municípios vizinhos, 9 mil em *Itajaí*, cerca de 3 mil em *Lages* [...].

A situação mais grave é a de *Joinville*. O operário padrão do Brasil, Augustinho Rausis da Rosa, constatou na semana que famílias da periferia da cidade estão passando fome. Ali os líderes sindicais nunca estiveram tão preocupados como agora e a Prefeitura não pode ajudar em nada a não ser manter seu quadro e não dispensar ninguém. Em *Blumenau* ocorre um fato inédito: a indústria local absorvia muita gente das cidades vizinhas e até gente do meio rural. O que ocorre agora é o êxodo urbano. Em *Lages* há muita contradição sobre os números do desemprego e o Prefeito local tentará absorver pessoal para a pavimentação de ruas. É aparentemente grave a situação de *Itajaí*, principalmente no comércio, que só dispensa já que não há meio circulante. Em *Balneário Camboriú* o principal ramo que absorvia emprego em massa, o da construção civil, está praticamente parado. Para *Blumenau* e *Joinville* o que mais interessa, para atenuar o desemprego, é a retomada da atividade industrial, principalmente, e a construção civil, ramo este último que *Chapecó* também confia na retomada (*O Estado*, 10/04/1983, p. 14).

A sondagem preparada pela Fiesc demarca apenas o desemprego no setor industrial, os números completos desvelariam com maior exatidão outras faces do problema. Embora o quadro não fosse comparável aos padrões de São Paulo, o relato sobre a demissão de muitos trabalhadores não deve ser menosprezado. A Fiesc, na figura de seu presidente, Bernardo Werner, chegou a recomendar alguma forma de amparo imediato aos desempregados com a intenção de precaver possíveis insatisfações decorrentes da piora dos índices econômicos. Em 12 de abril de 1983, aconteceu uma reunião entre os representantes do governo e os empresários catarinenses. O encontro fora agendado para discutir a formação de um conselho consultivo empresarial, que incluía a participação dos presidentes das federações patronais e dos secretários de governo. Por meio do conselho, os empresários estreitariam laços e levariam seus

problemas diretamente ao governador Espiridião Amin. A certa altura do diálogo, Bernardo Werner mostrou-se “preocupado com os distúrbios já verificados em São Paulo”, e “sugeriu a criação de um grupo de assistência aos desempregados, que seria composto por representantes das entidades patronais da indústria e do comércio, bem como pelo Governo Estadual”. Nas palavras de Werner, “o operário catarinense é ordeiro, educado e eficiente, mas no momento em que a fome bate em seu estômago, no da esposa e dos filhos, ele pode perder a razão. Por isto é melhor prevenir do que remediar” (*O Estado*, 13/04/1983, p. 5).

Werner apelava para o protótipo do trabalhador catarinense, mas reconhecia o perigo iminente que a falta de emprego poderia acarretar. Isso porque em Santa Catarina as relações de trabalho foram estruturadas a partir de um forte elemento discursivo. Não é pretensão aqui “restituir a genealogia” desse discurso, e sim acompanhar como ele foi mobilizado no momento de efervescência dos conflitos aguçados em torno do desemprego no limiar da década de 1980. De um lado, temos o perfil apresentado nas biografias dos grandes empresários da região, nas quais se almeja demonstrar uma espécie de predestinação à vitória. Cada trajetória particular daqueles que conseguiram acumular certa fortuna obedece a um roteiro bastante comum: são pessoas que triunfaram na vida através do suor e da devoção ao trabalho. Nessa lógica, a cultura empresarial está associada ao “espírito empreendedor” do catarinense e carrega uma série de valores distintivos. Esse matiz resiste ao passar do tempo e às variações políticas, insistentemente seus traços aparecem na configuração da realidade atual. O empresário catarinense, por essência, é um visionário, está sempre um passo à frente dos demais e busca a todo momento a inovação. Capacitado, persevera nas dificuldades, por vezes é pioneiro no ramo em que atua. Alguns fazem questão de enfatizar a origem modesta, na qual seus antepassados saíram do continente europeu e encontraram em Santa Catarina infundáveis contratemplos, mas mesmo assim obtiveram êxito nas áreas colonizadas e prosperaram. Outros desvelam o período da juventude, fase de aprendizagem dos mais básicos procedimentos executados nos ofícios da indústria. No âmago do “espírito empreendedor” vigora a tradição da gestão familiar, pois os negócios são transmitidos de geração em geração. Já no mundo corporativo, prevalece a ideia de promover a harmonia dos funcionários e na relação pessoal do trato entre empregados e empregadores. No *script* desse discurso, porém, fica subdimensionado os fecundos elos tecidos nos negócios privados junto à esfera pública, assim como o incentivo do governo estadual para com as atividades empresariais.

Da narrativa do “espírito empreendedor” desponta a utopia do “trabalhador ordeiro” catarinense. Em termos gerais, a figura do “operário ideal” possui raízes no imaginário forjado acerca da colonização realizada em algumas regiões pelos imigrantes europeus, principalmente os de origem alemã e italiana. Em material publicado em 1983 o jornal *O Estado* sugeria que os imigrantes “trouxeram consigo a tradição do trabalho, da dedicação, da busca constante do progresso” (*O Estado*, 02/04/1983, p. 12). O discurso sustenta a visão a muito explorada sobre o perfil que se queria dar às classes trabalhadoras em Santa Catarina: de dedicação ao trabalho, de cooperação com o patrão, cuja ordem prevaleceria ao invés da adesão aos movimentos contestatórios e grevistas. Ao analisar o cotidiano dos trabalhadores têxteis de Blumenau entre 1958 e 1968, Cristina Ferreira identifica o estereótipo do “bom trabalhador” criado por membros do

patronato local. Essa figura “visava constituir um ‘empregado ideal’ para o sistema fabril, dotado de todas as qualidades necessárias às prioridades definidas pelos industriais” (FERREIRA, 2015, p. 24). A difusão dos preceitos morais em que o “bom trabalhador” estaria enquadrado ocorreu por meio da distribuição de jornais impressos no interior das fábricas, e que eram redigidos pelas próprias empresas. Ainda de acordo com a pesquisa da autora, naquele contexto houve a “formulação de condutas pelo viés da conciliação, sem confrontos diretos”. A classe patronal procurava consolidar “um tipo específico de capitalismo, decorrente da ausência de reivindicações e greves”, para isso adotava “medidas protetoras e beneficentes” destinadas aos trabalhadores. Cabia aos jornais de circulação interna realizar uma “função pedagógica” no intuito de “desmobilizar o operariado por meio da publicação de artigos que exaltavam o trabalho e reforçavam o clima de harmonia intensa entre patrões e operários na cidade” (FERREIRA, 2015, p. 28).

Considerando as peculiaridades espaciais de Santa Catarina, na região do Vale do Itajaí, conforme indica Giralda Seyferth, o desenvolvimento das relações capitalistas de produção concebeu um tipo específico de trabalhador, os chamados colonos-operários. Nesse caso, havia uma relação dual de equilíbrio entre a pequena propriedade camponesa e a indústria. O colono-operário dispunha da posse de terras, pois era herdeiro de lotes cultiváveis, concomitantemente exercia o expediente nas fábricas. “O resultado desta minifundização não foi, como era de esperar, o êxodo rural, mas a proletarianização parcial do campesinato. Indivíduos nem bem camponeses, nem bem operários, que se identificam como colonos, mas são trabalhadores na indústria” (SEYFERTH, 1987, p. 107). A estrutura familiar obedecia a lógica da unidade empresarial, na qual o pai era o “dono da firma”. Isso permitia a reprodução da parcela doméstica camponesa tendo em vista a importância da terra cultivável, item que garantia a estabilidade das pessoas inseridas nessa racionalidade face ao salário ganho na indústria. Segundo Seyferth, os colonos-operários faziam a diferenciação de si de acordo com a ordem étnica. De origem italiana ou alemã, alimentavam um sentimento de dignidade em torno do trabalho. Para Lohn (2014, p. 24), nessas regiões “a constituição de uma sociedade de proprietários, na qual o valor do trabalho disciplinado e a subordinação às relações de produção capitalistas foram fator de distinção e pujança econômica”, engendrou culturas políticas que foram intensificadas “por um sistema produtivo baseado na exploração da mão de obra de colonos-operários”. Essas culturas políticas aproximam-se devido ao compartilhamento de valores semelhantes entre patrão e trabalhador. Sobrava pouco espaço para o associativismo de classe, mas não se deve negligenciar os conflitos em meio aos vínculos criados, apesar de predominar no enredo dos jornais o viés conservador valendo da imagem do “trabalhador ordeiro”, construída e reconstruída historicamente. Temos, portanto, indicativos de como as relações de trabalho em Santa Catarina avançaram ao longo do tempo. Tanto os componentes discursivos, quanto as práticas sociais oriundas do discurso, foram dispositivos usados pelas elites catarinenses como forma de enfrentar as contradições intrínsecas aos interesses que antagonizavam empregador e empregado no início da década de 1980, por isso seria “melhor prevenir do que remediar”, como disse Bernardo Werner.

Invariavelmente, o desenvolvimento das relações de trabalho em Santa Catarina, e a forma na qual as elites construíram seus laços com as classes trabalhadoras, implicou em obstáculos para a organização sindical, especialmente nas regiões mais industrializadas e no complexo carbonífero do sul. A título de exemplo, em 1983, na cidade de Joinville, as entidades classistas ficaram responsáveis por fazer o levantamento do número de desempregados. A listagem acontecia por meio de cadastros preenchidos diretamente nos sindicatos. Em seguida, cada pessoa poderia ser remanejada para alguma vaga que surgisse, mas a procura fora limitada. Segundo o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Orlando Silva, os trabalhadores estavam “temendo uma aproximação com os sindicatos”. Em conversas informais, Silva constatou o medo nutrido por parcela dos trabalhadores de uma repressão caso se inscrevessem na campanha de cadastramento (*O Estado*, 07/04/1983, p. 5). A ação sindical, na perspectiva das elites que detinham o controle sobre os rumos políticos e econômicos do estado, deveria ficar restrita às funções assistenciais. Ademais, grande parte das agremiações correspondiam a um baluarte de lideranças alinhadas aos interesses patronais.

Retomando a proposição do presidente da Fiesc de encaminhar alguma forma de assistência aos trabalhadores que se encontravam em condições vulneráveis durante a crise do desemprego em 1983, o jornal *O Estado* saudou a iniciativa em editorial: “as palavras do Sr. Bernardo Werner merecem ser colhidas, cultivadas e transformadas em ações concretas com o esforço de todos os setores diretamente envolvidos na questão” (*O Estado*, 14/04/1983, p. 4). Todavia, os índices econômicos não favoreciam a retomada do crescimento dado que o capitalismo passara por mudanças cruciais na década de 1970. Como não havia indícios nos jornais apontando para a vigência de relações de trabalho flexíveis, próprias do novo capitalismo (SENNETT, 1999), restava a incerteza e a insegurança no horizonte do futuro próximo:

Seria possível tentar alguma coisa original, quando o mundo parece ter esgotado todas as fórmulas de convivência e comércio? Estaremos condenados a taxas de crescimento baixas e ao acúmulo progressivo de batalhões de desempregados, candidatos a marginais, a favelados ou a mendigos batendo nas portas dos mais bem aquinhoados em busca de um pedaço de pão? (*O Estado*, 14/04/1983, p. 4)

A inexistência de um debate sobre as mudanças que vinham ocorrendo em proporções globais nos mundos do trabalho fez com que todas as fichas fossem depositadas no “renascimento político” brasileiro. Ao final do movimentado mês de abril do ano de 1983, um gesto torna didático vários pontos tratados anteriormente. Por ocasião da inauguração do Centro de Atividades do Sesi em Itajaí, novamente Bernardo Werner, presidente da Fiesc, anunciou que a entidade, em conjunto com o governo de Santa Catarina, forneceria cestas de alimentos aos trabalhadores desempregados. Os sindicatos enumerariam as pessoas mais necessitadas a serem contempladas com os mantimentos (*O Estado*, 30/04/1983, p. 1). Por essas intervenções, Werner recebeu a alcunha, segundo escreve o jornalista conservador Moacir Pereira (2015, p. 71-72), de “defensor dos empresários e protetor dos trabalhadores”. Conquanto, havia uma distância considerável entre o estilo paternalista expresso nos meios de comunicação e as experiências concretas do desemprego.

Em suma, a primeira parte da década de 1980 caracteriza um momento em que setores da elite catarinense se viram obrigados a repensar as relações a tanto tecidas com o conjunto das classes trabalhadoras devido à crise do desemprego. As representações sociais em torno da figura do “trabalhador ordeiro” foram expressadas quando se temia o pior: a repetição dos motins urbanos como acontecera em São Paulo. No entanto, em meio à crise da dívida externa e do esfacelamento das políticas de desenvolvimento nacional, o jornal ligado aos anseios empresariais de Santa Catarina defendeu as projeções da livre iniciativa privada. Em editorial de 1981, o veículo argumenta que a iniciativa privada sustentara o desenvolvimento nacional da década anterior, mas devido a tendência da burocracia governamental de subverter as leis do mercado os empresários acabavam arcando sozinhos com a instabilidade econômica. Portanto, a única aposta para sair da crise era depositada nos agentes privados. O setor pleiteava “um regime democrático a partir do restabelecimento da economia de mercado e de garantias à livre iniciativa” (*O Estado*, 07/08/1981, p. 4). Segundo o editorial, a aptidão estatizante do regime militar criou o mecanismo incontrolável de gastos públicos e um desgaste político que freava o caminho para a democracia. A inflação, “criatura da burocracia estatal” dos governos militares, não poderia desvirtuar os princípios do mercado, já que o novo tempo da democracia exigia audácia para assumir os perigos e a volatilidade dos negócios. A assertiva antecipava que no mundo empresarial o “sentimento do risco” era “um valor permanente de ação” (*O Estado*, 07/08/1981, p. 4). Através da ação empresarial havia a esperança de suprimir a crise, em um mundo que, de acordo com tal crença, clamava cada vez mais por balizas flexíveis. Porém, a Nova República se encarregou de revelar os limites que restringiram a democracia ao projeto fundamentado na livre iniciativa privada.

Referências:

ARANDIA, Alejandro Kuajara. O mercado de trabalho frente a crise dos anos 80 e aos planos de estabilização. *Indicadores Econômicos FEE*, v. 18, p. 148-164, 1991.

AZEVEDO, Dermi. A Igreja Católica e seu papel político no Brasil. *Estudos Avançados*, 18 (52), 2004.

CARNEIRO, Dionísio Dias; MODIANO, Eduardo. Ajuste externo e desequilíbrio interno: 1980-1984. In.: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

DAROS, Maria das Dores. *Em busca da participação: a luta dos professores pela democratização da educação*. Florianópolis: UFSC/NUP, 1999.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. Notas sobre a Evolução do Mercado de Trabalho no Brasil. *Revista de Economia Política*, vol. 25, nº1 (97), pp. 113-130, janeiro-março, 2005.

DOIMO, Ana Maria. O Movimento de Luta Contra o Desemprego e a Mediação da Igreja: um estudo de caso na Grande Vitória, ES. In: SINAIS - *Revista Eletrônica - Ciências Sociais*. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.06, v.1, dezembro 2009.

FERREIRA, Cristina. *Nas malhas da história: sociabilidade e política no cotidiano dos trabalhadores têxteis de Blumenau (1958-1968)*. São Paulo: Unicamp, 2015. 402 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2015.

FERREIRA, Jorge. Leonel Brizola, os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização popular. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FILHO, Alcides Goularti. *Formação econômica de Santa Catarina*. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

FLORES, Victor Ernesto Ochoa. *Trabalho e desemprego nas campanhas da fraternidade da Igreja Católica no Brasil*. São Paulo: PUC, 2016. 133 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

FROTSCHER, Méri. Blumenau nas enchentes de 1983 e 1984 e o imaginário da cidade do trabalho. *Esboços (UFSC)*, Florianópolis, v. 5, n.5, p. 61-70, 1997.

LOHN, Reinaldo. O tempo da notícia: cidade, ditadura e redemocratização nas páginas de O Estado (Florianópolis, SC, 1964-1985). *Anos 90 (Online) (Porto Alegre)*, v. 19, p. 121-147, 2012.

LOHN, Reinaldo. Relações políticas e ditadura: do consórcio autoritário à transição controlada. In: BRANCHER, Ana; LOHN, Reinaldo L. (Org.). *Histórias na ditadura: Santa Catarina: 1964-1985*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

LÖWY, Michael. Marxismo e religião: ópio do povo?. In: A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas. Buenos Aires: CLACSO, 2007.

LÖWY, Michael. O catolicismo latino-americano radicalizado. *Estudos avançados*. vol.3 n°5. São Paulo Jan./Apr. 1989.

MACIEL, Fabrício; Grillo, André. O trabalho que (in) dignifica o homem. In: SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2018.

MIOTO, Beatriz Tamasso. *Integração econômica e rede urbana em Santa Catarina: transformações no período da desconcentração produtiva regional (1970-2005)*. Campinas: UNICAMP, 2011. 139 f. Dissertação – Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, 2011.

NAPOLITANO, Marcos. *Cultura e poder no Brasil contemporâneo*. Curitiba: Juruá, 2006.

PEREIRA, Moacir. *Imprensa e Poder: a comunicação em Santa Catarina*. Florianópolis: Lunardelli: FCC Edições, 1992.

PEREIRA, Moacir. *Os presidentes da FIESC: História dos líderes da indústria catarinense*. Florianópolis: Insular, 2015.

SABÓIA, João L. M. Transformações no mercado de trabalho no Brasil durante a crise: 1980-1983. *Revista de Economia Política*, Vol. 6, nº 3, pp. 82-106, julho-setembro, 1986.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SEYFERTH, Giralda. Aspectos da proletarização do campesinato no Vale do Itajaí (SC): os colonos-operários. In: LOPES, José Sérgio Leite (Org.). *Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1987.